

# Mulheres das águas: do grito da pesca ao grito da pescadora artesanal

*Women of water: from the fishing shout to the artisanal fisherwoman shout*

Vladimir Félix<sup>a</sup>, Cássio Marques Ribeiro<sup>b</sup>,  
Osmar Rufino Braga<sup>c</sup>, Alessandra Sávia da Costa Masullo<sup>d</sup>

**Resumo** Energias renováveis e desenvolvimento econômico sustentável são elementos do colonialismo capitalístico em sua versão contemporânea para que o capital e seus empreendimentos continuem avançando nos territórios dos povos originários e tradicionais, nos quais o trabalho artesanal da pesca e de reprodução da vida não são reconhecidos. Diante disso, as mulheres constroem processos singulares ecosófico para operar, social e politicamente, no tensionamento dos movimentos sociais e no cotidiano em prol de vidas vivíveis e reconhecíveis. Cartografar processos de subjetivação e enunciação da luta das mulheres em defesa da vida e do reconhecimento do território tradicional pesqueiro é o objetivo que resultou neste relato de pesquisa. Compõem este método cartográfico: participação observante, encontros, assembleia, Grito da pesca e entrevista. Com a discussão dos resultados, conclui-se que o protagonismo das mulheres evidencia-se: a) na invenção cotidiana de outros espaços de luta e reinvenção de si como pescadora; b) na defesa do trabalho artesanal e da reprodução da vida de humanos e não humanos; c) nas incidências políticas e no enfrentamento de problemas psicossociais relacionados com racismo ambiental e impactos socioambientais de empreendimentos econômicos.

**Palavras-chave** Cartografia. Movimentos sociais pesqueiros. Pescadoras artesanais. Trabalho reprodutivo. Território tradicional pesqueiro.

**Abstract** *Renewed energy and sustainable economic development are elements of colonial capitalism in your contemporary version, therefore capitalism itself and its achievements continues advancing on the territories of the original and traditional people, where the handmade work of fishing and the reproduction of life are not recognized. By these facts, women build singular ecosophics processes to operate, in social and political*

---

a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr). E-mail: [wladyfelix@hotmail.com](mailto:wladyfelix@hotmail.com)  
b Centro Universitário Fundação Santo André (CUFSA). E-mail: [cassiomarquesribeiro@gmail.com](mailto:cassiomarquesribeiro@gmail.com)  
c Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr). E-mail: [osmarbraga@ufpi.edu.br](mailto:osmarbraga@ufpi.edu.br)  
d Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [alessandramasullo@gmail.com](mailto:alessandramasullo@gmail.com)

*terms, in the tension of the social movements of everyday life, to defend a worthy and recognizable life. To map subjective processes and enunciation of the fight of women in defense of life and recognition of the traditional fishing territory, is the objective that resulted in this research report. The elements that compose this cartographic method are: a) the everyday invention of spaces and the self as a fisherwoman; b) the defense of the handmade work and the reproduction of the life of human and not human beings; c) the political incidents and the confrontation of psychosocial problems related with environmental racism and the socio-environmental impacts of economic enterprises.*

**Keywords** *Cartography. Fisheries social movements. Artisanal fisherwomen, Reproductive work. Traditional fishing territory.*

## INTRODUÇÃO

Neste relato de pesquisa, apresentamos uma cartografia dos processos de subjetivação e enunciação da luta das mulheres nos movimentos sociais pesqueiros: Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) e Movimento de Pescadores e Pescadoras artesanais (MPP), visando contribuir com a ampliação dos debates existentes, por meio de uma discussão ecosófica a partir da seguinte questão: Quais modos de resistência as mulheres vêm produzindo em defesa da vida e da igualdade de gênero, no território tradicional, e a favor da representatividade feminina nos movimentos sociais pesqueiros? Esta discussão ecosófica, questão ético-política da luta e da estética da existência das mulheres no trabalho da pesca artesanal, tem como foco indagatório o seguinte objetivo: Cartografar processos de subjetivação e enunciação da luta das mulheres em defesa da vida e do reconhecimento do território tradicional pesqueiro.

Iniciamos com uma apresentação sucinta dos processos de exclusão das mulheres e de inclusão da pesca artesanal pelo Estado brasileiro a partir de estudos já realizados, para logo, anunciarmos a contextualização da problemática e as ferramentas-conceitos que embasam nossa discussão. Na seção *Cartografia da pesca artesanal como modo de fazer pesquisa*, informamos os momentos de composição do campo e a na seção *Do grito da pesca ao grito da mulher pescadora artesanal* e seus subtítulos, apresentamos a discussão dos resultados e considerações finais.

A destituição de certa forma de poder feminino, concomitante e consequentemente as desigualdades de classe, raça, gênero e sexualidade, instituídas pelo sistema moderno-colonial de gênero (Lugones, 2019), a partir do século XVI, afetou, substancialmente, as mulheres originárias de África e Américas, e, ainda hoje, afeta as mulheres das diásporas.

No Brasil, tal interseccionalidade também afeta as mulheres que ocupam o território das águas. Mulheres que, historicamente, vivem da prática milenar do trabalho artesanal da pesca, embaralhando estudos, realizados no século XX, que afirmavam a exclusividade dos homens na pesca e a falta de autoreconhecimento da mulher como pescadora. Dentre esses estudos, destacam-se dissertações e teses das décadas de 70 e 80, com populações pesqueiras da Amazônia, cuja revisão bibliográfica, feita pela historiadora Maria Angelica Motta-Maués (1999), mostra como essas produções acadêmicas, contrariando a emergência de um feminismo do período, reproduziam invisibilização feminina, pois a maioria não incluía a questão social das mulheres relacionada com as relações de gênero.

Nas regiões Norte e Nordeste, onde há maior concentração de pescadores (Trindade et al., 2021), dadas as variações da língua e nossas práticas linguísticas, podemos encontrar mulheres que se autodenominam pescadeiras/pescadoras, atribuindo sentidos à existência no trabalho artesanal da pesca. Dados do Sistema de Registro Geral da Atividade Pesqueira (Sis-RGP) mostram que, das 1.035.478 pessoas que compõem a população pesqueira no Brasil, 49% são mulheres, ou seja, 507.896. (Brasil, 2023).

A população pesqueira, também constituída por comunidades remanescentes de quilombo e de etnias indígenas, passou a ser controlada, no século XVII, pela Coroa, e a partir do início do século XX, pelo Estado brasileiro. A geógrafa, Deborah Bronz (2023), ao analisar as políticas de regulação da pesca artesanal, constata que a criação da Inspeção Federal da Pesca, pelo Ministério da Agricultura, em 1912, visava sua industrialização por meio de “alianças entre o setor privado e poder público” (p. 80).

A autora cita que, durante a primeira guerra mundial (1914-1918), os pescadores das áreas da costa “foram reconhecidos pelo Estado como *guardiões da pátria* e a pesca se tornou alvo de campanhas de nacionalização (Castro Faria, 1997)” (Bronz, 2023, p. 80). Em 1919, a Marinha adotou políticas de saneamento e promoção da saúde, e de educação moral e civilismo, junto à população pesqueira, cuja missão resultou na criação das Colônias de Pescadores, em 1923, e na Confederação Nacional da Pesca. Portanto, a organização dos pescadores, inicialmente, deu-se sob a tutela do Estado.

Bronz (2023), ressalta ainda que, durante a segunda guerra mundial (1939-1945), a gestão da pesca ficou sob a responsabilidade do Ministério da Marinha; nas décadas seguintes, além de ações assistencialistas voltadas para a população pesqueira, foram criadas escolas visando a militarização dos filhos de pescadores.

Com o fim da ditadura civil-militar (1964-1985), e a reabertura à democracia, pescadores e pescadoras artesanais foram eleitos delegados em assembleias coordenadas pelas federações estaduais e pela Confederação Nacional dos Pescadores. Assim, puderam participar da elaboração de propostas em um processo denominado constituinte da pesca, o que desencadeou, em 1989, a criação do Movimento Nacional da Pesca (Monape), iniciando-se, portanto, o fim da “tutela dos órgãos federais sobre os pescadores, em seu sentido jurídico [...] com a Constituição Federal de 1988”. (Bronz, 2023, p. 81).

Para Motta-Maués (1999), a falta de reconhecimento do trabalho artesanal da pesca, historicamente, tem atingindo os homens, por parte do Estado e do Capital, e, conseqüentemente, as mulheres que também sofrem com as desigualdades nas relações de gênero, no âmbito interno das comunidades pesqueiras.

Eloí Nunes e Marina Garcia (2019) afirmam que, diante das opressões cotidianas e da ausência de políticas públicas, as marisqueiras do Recanto do Ipiranga, em Sepitiba, Rio de Janeiro, problematizam as relações de gênero. Elas não se auto-denominam feministas; não obstante, suas práticas de resistências são ancestrais, remetem às bisavós, às avós e às mães. Portanto, no âmbito da interseccionalidade das injustiças, as marisqueiras do Recanto do Ipiranga não se diferenciam das mulheres de outras comunidades tradicionais pesqueiras, pois têm em comum a falta de regularização do território, dentre outras questões macropolíticas, além do protagonismo nas micropolíticas de gestão da economia de produção familiar. No entanto, seu lugar de negociação, praticamente, termina diante do primeiro atravessador, pois a partir da venda realizada pelas mulheres, a negociação dos mariscos passa a ser coisa de homens que controlam os lucros do produto do trabalho artesanal dessas trabalhadoras.

A partir da primeira década do século XXI, as pescadoras e os pescadores artesanais reorganizaram-se politicamente em novos movimentos sociais. Em junho de 2012, a ANP, o MPP e o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e parceiros iniciaram uma Campanha Nacional pelo Reconhecimento do Território Tradicional Pesqueiro. A invenção dessa luta e sua continuidade acontecem concomitante a ampliação dos empreendimentos capitalistas nos territórios tradicionais, incluindo destruição das florestas e envenenamento das águas, etnocídio da cultura indígena e da cultura de comunidades remanescentes de quilombo.

No atual contexto, “essas violências afetam com especial perversidade mulheres que atuam na defesa dos territórios e da vida e sofrem com os ataques sistemáticos dos agentes da devastação”. (Seabra, 2020, p. 31). Não obstante, as mulheres vêm ocupando espaço e conquistando lugares de visibilidade e reconhe-

cimento a partir do 1º. Grito da Pesca Artesanal, realizado em Brasília em 2004, e da genealogia da ANP em 2005 e do MPP em 2010. Além disso, elas ampliaram sua participação no CPP, parceiro histórico desses movimentos e de sua pré-história, haja vista que sua existência data de 1968.

A luta das mulheres é também uma luta contra o racismo socioambiental, o etnocídio, o ecocídio, a violência de gênero, a perseguição política do Estado e a persistência de empreendimentos econômicos transcontinentais que caracterizam a coexistência da governamentalidade e da soberania do capitaloceno no território das águas.

Foucault argumentava que soberania e governamentalidade podem coexistir – e de fato coexistem –, ... A governamentalidade designa um modelo para conceituar o poder em suas operações difusas e polivalentes, enfocando a gestão de populações e operando por instituições e discurso estatais e não estatais (Butler, 2019, p. 13).

Tal coexistência expressa que, no Brasil, historicamente, comunidades, povos originários e tradicionais são considerados descartáveis e as pescadoras e os pescadores artesanais dessas comunidades têm seus modos de vida constantemente ameaçados pela grilagem de terras e pela invasão do território tradicional pesqueiro, por empreendimentos econômicos do agrohidronegócio, portos com bases de extração de petróleo, parques eólicos e *offshore* (parque eólico no leito marinho), especulação imobiliária, turismo predatório, carcinocultura e pesca industrial de arrasto, além de envenenamento das águas e desastres socioambientais causados por esses e outros empreendimentos econômicos transcontinentais. Tudo isso com a anuência do Estado cuja governamentalidade exerce e excede o poder de gestão da vida e da morte, poder de fazer morrer ecossistemas no território das águas e de subtrair modos de viver das comunidades tradicionais pesqueiras.

Desde sempre a ‘natureza’ esteve em guerra contra a vida! Mas a aceleração dos ‘progressos’ técnico-científicos conjugada ao enorme crescimento demográfico faz com que se deva empreender, sem tardar, uma espécie de corrida para dominar a mecosfera. No futuro a questão não será apenas a da defesa da natureza, mas a de uma ofensiva para reparar o pulmão amazônico, para fazer reflorescer o Saara. A criação de novas espécies vivas, vegetais e animais, está inelutavelmente em nosso horizonte e torna urgente não apenas a adoção de uma ética ecosófica

adaptada a essa situação, ao mesmo tempo terrificante e fascinante, mas também de uma política focalizada no destino da humanidade (Guattari, 2002, p. 52-53).

Para Guattari (2002) a vida é produzida pela articulação de algumas instâncias, as quais ele nomeia de ecologias. O autor elenca três ecologias: a do meio ambiente, a das relações sociais e a da subjetividade humana (ecologia mental). Nessa relação de mutualismo, diante da ausência de uma ética da relacionalidade ecosófica, Guattari (2002) nos mostra que:

não somente as espécies desaparecem, mas também as palavras, as frases, os gestos de solidariedade humana. Tudo é feito no sentido de esmagar sob uma camada de silêncio as lutas de emancipação das mulheres e dos novos proletários que constituem os desempregados, os ‘marginalizados’, os imigrados” (p. 27).

Cientistas, sobretudo os ligados ao campo da geologia, postulam que esses modos de vida do ser humano e suas ações sobre a natureza delimitam uma nova era geológica chamada antropoceno. Os estudiosos das humanidades denominam esse fenômeno de capitaloceno, considerando que os efeitos gerados pelas interações humanas em torno do planeta Terra estão relacionados com os modos de organização cultural, política e social (Callegari, 2018). Para Ailton Krenak (2021) o “capitaloceno se configura como uma extensão dos instrumentos capitalistas para sugar os recursos da vida do planeta, inclusive da vida não material” (s/n p.).

A assertiva de Krenak (2021) vai ao encontro do que anunciamos, anteriormente, com Guattari (2002). A partir dessa congruência, somos levados a pensar que o maretório vem perdendo a guerra contra o “capitaloceno”, consequência dos efeitos dessa superexploração dos recursos naturais, das pessoas e das relações sociais. “Estão consumindo também a subjetividade, consumindo a capacidade de pensar, de sonhar, de refletir, de imaginar outros mundos. Esse capitaloceno anda de mão dadas com o necrocapitalismo” (Krenak, 2021, s/n p.). Sem dúvida, essa aliança entre Capital e governamentalidade estatal e não estatal é uma expressão do necropoder e suas políticas de morte por execução ou por negligência à vida de pessoas cuja existência de seus grupos étnicos não importam para o Estado moderno, na contemporaneidade (Mbembe, 2018).

Suely Rolnik (2018) sinaliza que, no Brasil, isso ocorre na forma de uma produção de subjetividade colonial-capitalística atravessada atualmente pela aliança do conservadorismo ao ultraneoliberalismo, cuja expressão maior é a composição de um Congresso Nacional bastante reacionário. Colonial-capitalística

para a autora refere-se tanto ao processo histórico-social de formação do Estado, o qual se deu através do genocídio de povos indígenas e da escravização de povos negros raptados de diversas nações do continente africano, como também da persistência desses processos de subjetivação em produzir a cafetinagem do desejo e conseguinte formação capitalística dos modos de vida, incluindo aqueles que se propõem a operar na resistência a essa produção de subjetividade (Rolnik, 2018). A cafetinagem pode ser reconhecida pelo que se denomina de grilagem, haja vista que esta opera no modo capitalístico de relacionamento com a terra, as águas, a natureza, e com a vida em última instância.

Portanto, a subjetividade é produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais, sendo sua heterogeneidade resultante desses componentes e os processos de subjetivação as faces que cada componente usa para operar, nessa produção, as linhas de força do desejo que atravessam e transversalizam esses processos de subjetivação (Guattari, Rolnik, 2010).

O estudo dos perigos em cada linha é o objetivo da pragmática ou da esquizo-análise, visto que ela não se propõe a representar, interpretar, nem simbolizar, mas ... apenas fazer mapas e traçar linhas, marcando suas misturas tanto quanto suas distinções. (Deleuze, Guattari, 2012, p. 119).

A partir da síntese foucaultiana de que uma rede de elementos compõem um dispositivo e este opera práticas discursivas de assujeitamentos, Deleuze e Guattari (2012) concebem dispositivo como tudo que nos faz ver e falar sobre produção de subjetividade, inclusive toda prática discursiva cujos enunciados permitam a análise dos processos de subjetivação em sua segmentaridade e singularização. Nessa perspectiva, mapeamos linhas de força do desejo das mulheres nos movimentos sociais pesqueiros, reconhecendo dispositivos-analisadores que constituem instâncias de produção de subjetividade e compõem agenciamentos dos processos de subjetivação, tais como território, economia de produção familiar, trabalho artesanal e participação política, dentre outros.

A herança histórico-cultural da produção de subjetividade colonial-capitalística favorece uma redução epistemológica da multiplicidade de povos de territórios tradicionais à categoria “povo brasileiro”, povo e corpo-território prontos para o consumo (Rolnik, 2018). Os processos de descolonização desse inconsciente colonial-capitalístico passa pela desinvenção da cultura-mercadoria (Guattari, Rolnik, 2010) e pelo agenciamento coletivo do desejo de tecer outras linhas de forças conectadas às forças da vida.

Em interface com a cosmogonia dos povos originários, as comunidades tradicionais pesqueiras reinventam-se e pensam a invenção de outros mundos. Uma das invenções desses povos das águas é a afirmação da luta em defesa do território tradicional pesqueiro como um território comum a indígenas, quilombolas, vazanteiros, ribeirinhos, caiçaras, pantaneiros, marisqueiras, caranguejeiros e pescadores e pescadoras artesanais, entre outros povos e comunidades tradicionais.

A singularização que marca os processos de subjetivação e enunciação dessa invenção nos remete à ética da alteridade da diferença, uma ética da relacionalidade ecosófica sintetizada pelo sentido de *ubuntu*, expressão das línguas zulu e xhosa dos povos Bantu da África Subsaariana, cuja tradução inicial, “eu sou porque nós somos”, é atualizada por Bhekizizwe Peterson como uma ética da relacionalidade que envolve reciprocidade, compaixão, humanidade e comunidade (Peterson apud Bradbury, 2024, p. 37-38, tradução própria). Trata-se, portanto, de uma luta pelo reconhecimento de um território semelhante aos territórios quilombolas e indígenas cujas demarcações vêm/vinham se dando a partir da Constituição Federal de 1988. Hoje, as comunidades tradicionais pesqueiras e os ecossistemas de seus territórios encontram-se cada vez mais ameaçados por políticas ecocidas e etnocidas que negam sua existência como povos da floresta e das águas, e de áreas rurais ou urbanas.

Nesse campo de disputas pela vida de humanos e não humanos, à semelhança de povos indígenas “que ainda resistem ao aparelho de captura do Estado, e à máquina ecocida do agronegócio exportador e dos megaprojetos de ‘infraestrutura” (Castro, 2015, p. 9), as mulheres protagonizam a resistência ao capitaloceno que chega aos territórios pesqueiros disfarçado de economia azul, economia do mar, parque eólico, *offshore* e ao eufemismo desenvolvimento econômico sustentável. Portanto, a questão ecosófica vivenciada singularmente pelas mulheres, pescadoras artesanais, é também uma questão ético-política, uma questão de vida e morte ao território das águas.

## **CARTOGRAFIA DA PESCA ARTESANAL COMO MODO DE FAZER PESQUISA**

Com autorização das coordenações da ANP e do MPP que, atualmente, representam 20 estados do Brasil, compomos esta e outras cartografias com vozes de pescadoras artesanais da Bahia, do Ceará, do Pará, de Pernambuco e do Piauí. Para escrita deste artigo, produzimos um recorte temporal a partir de nossa participação nos seguintes espaços: a) III Assembleia Estadual do MPP, realizada na cidade de Luís Correia - PI, entre os dias 24 a 26 de agosto de 2019, com 50 participantes, a



partir da qual agendamos as entrevistas cartográficas com 07 lideranças da ANP, do CPP e do MPP, que foram realizadas entre os meses de outubro e novembro de 2020; b) 9º Grito da Pesca, com o lema: Território Pesqueiro: Biodiversidade, cultura e soberania alimentar, realizado no Centro de Formação Vicente Canhas, em Luziânia-GO, entre 21 e 23 de novembro de 2019, com mais de 300 participantes de todas as regiões do Brasil; c) Oficina sobre Território, realizada sob a coordenação de três pescadoras artesanais, durante o VI Encontro Nacional de Educação Popular em Saúde (VI ENEPS), ocorrido de 06 a 09 de fevereiro de 2020, na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr; e d) I Encontro da Rede de Mulheres da Reserva Extrativista Marinha Delta do Parnaíba (Resex Delta), sucedido na comunidade Torto, na Ilha das Canárias em Araisos – MA, entre 07 e 08 de março de 2020.

Para Milton Santos (2001), dada a divisão social do trabalho e os restos dessa divisão, os modos de existência produzem o território e o território produz a subjetividade, sendo o espaço geopolítico da corporeidade o lugar de sua interseccionalidade. Nessa perspectiva cartográfica, “as linhas da subjetividade compõem o território existencial, o modo de existência de cada um [e cada uma] de nós, e também possibilitam que se exerça a invenção” (Romagnoli, 2009, p. 170). Nesta cartografia, a inventividade e as intervenções estão relacionadas com as incidências políticas dos movimentos sociais pesqueiros e com a produção de informações e conhecimento por nós pesquisadores e pelas autoras das narrativas discursivas com seus enunciados. A composição do campo de pesquisa e as narrativas registradas em diários cartográficos nos permitem identificar, nessas narrativas, dispositivos-analisadores (elementos da rede que compõem o dispositivo) e reconhecê-los como matérias de expressão dos processos de subjetivação nos enunciados das mulheres participantes da pesquisa. Para a esquizoanálise e sua perspectiva ético-estético-política de análise da produção de dados e informações, adotada por nós, dispositivo-analisador é todo enunciado que constitui matéria de expressão das linhas de força do desejo como produção social (Guattari, 2012); neste caso, que compõem os processos de subjetivação e enunciação da luta das mulheres nos movimentos sociais pesqueiros.

## **DO GRITO DA PESCA AO GRITO DA MULHER PESCADORA ARTESANAL**

A partir dos processos de subjetivação cartografados em torno da questão ecosófica e dos processos de enunciação das mulheres, reconhecemos: a) a invenção da ANP e do MPP como novos espaços de luta e resistência, o autoreconhecimento

e a reinvenção de si mesma como mulher marisqueira e pescadora artesanal; b) a defesa do trabalho artesanal e de reprodução da vida de humanos e não humanos contra a negação e exclusão política pela governamentalidade do Estado e c) o protagonismo feminino nas incidências políticas e no enfretamento de problemas psicossociais relacionados com racismo ambiental e impactos socioambientais de empreendimentos econômicos.

## **CONVERSAÇÃO NO BANHEIRO FEMININO E GENEALOGIA DA ANP E MPP**

Durante o VI ENEPS, cartografamos itinerários de convivência com pescadoras e marisqueiras, rodas de conversa e uma oficina sobre Território, coordenada por Dona Celeste, Raquel e Maninha da coordenação nacional da ANP e do MPP<sup>1</sup>. Depois da mística de abertura com artefatos da pesca artesanal, as coordenadoras desses movimentos fizeram uma exposição de registros fotográficos em um varal com uma tessitura de narrativas que expressam o cotidiano da mulher no território das águas e nos movimentos sociais pesqueiros. Elas contaram como as mulheres, às escondidas e em segredo, se articularam por meio de conversa em um banheiro feminino, durante a realização do 1º. Grito da Pesca Artesanal, em 2004, para que pudessem ocupar espaço político com representatividade nos movimentos sociais pesqueiros. Ato contínuo, em 2005, as mulheres fundaram a ANP, rompendo com o Monape que havia se distanciado de seu objetivo inicial que era, à época do Movimento Constituinte da Pesca, semelhante ao da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), criada no mesmo ano, “para monitorar e pressionar que se implementasse os direitos [...] constituídos” (Guajajara, 2019, p. 192) e assegurados pela Constituição Federal de 1988.

A ANP foi criada em 2005. [...] O processo de criação foi tendo em vista essa questão de que as mulheres das associações e dentro dos movimentos não tinham vez. E aí, as mulheres se reuniram. A princípio as reuniões eram feitas dentro dos banheiros em conversa com algumas mulheres, em conjunto, em comum acordo, pra levantar algumas pautas dentro das reuniões de comunidades de pesca, onde a maioria dos pescadores eram homens e aí [a ANP] foi criada dessa forma. Surgiu a Articulação Nacional das Pescadoras pra defender as lutas e

---

1 As mulheres, participantes da pesquisa, optaram pela revelação de seus apelidos/nomes, considerando que as narrativas apresentadas sobre a história dos movimentos sociais pesqueiros, ANP e MPP, pelo menos neste relato de pesquisa, não lhes acarretam riscos e são de sua autoria.

as bandeiras das mulheres dentro dos movimentos e dentro das associações e colônias das comunidades pesqueiras (Raquel. Entrevista cartográfica).

Como efeito dessa microinsurgência das mulheres e da emergência ético-política de reorganização de um novo movimento social pesqueiro que incluísse pescadoras e pescadores artesanais, aconteceu a I Conferência da Pesca Artesanal, realizada em Brasília, entre os dias 28 e 30 de setembro de 2009. Em um contexto das primeiras gestões do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), marcado por conferências de grupos sociais minoritários e povos do campo, da floresta e das águas, foi realizada uma assembleia deliberativa, entre 05 e 09 de abril de 2010, em Acupe de Santo Amaro, Recôncavo Baiano, onde nasceu o MPP.

[...] Nesse momento as mulheres lá eram bem pouquinhos, as mulheres não iam, tinham as mulheres que não iam nem obrigadas, a mulher tinha que ficar cuidando da casa, elas não podiam sair de jeito nenhum [...] Aí eu fui pra essa reunião na Bahia. Nessa reunião, em abril de 2010, na cidade de Santo Amaro, a gente, eu saí eleita uma das coordenações [...] Foi na criação do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil. Onze estados do Brasil que esteve presente, com várias organizações de Resex, de ONGs, de organizações da pesca de todos os estados do Brasil, vazanteiros, indígenas, quilombolas. [...] (Dona Celeste. Entrevista cartográfica).

Nascia assim, o MPP já com uma história de luta feminina marcada pela aposta na problematização da interseccionalidade, co-gestão e paridade de gênero por estado na coordenação nacional e potência de ação política, anunciando o combate ao “capitalismo e sua lógica excludente”, em sua Carta de fundação, de 04 de abril de 2010:

[...] Decidimos assumir um novo nome para o movimento com objetivo de simbolizar o rompimento com um modelo institucional e representativo que não foi capaz de acolher as lutas e sonhos dos povos das águas. [...] A participação efetiva de mulheres e jovens marca este novo momento da organização dos pescadores e pescadoras. A presença negra e indígena marca profundamente a nossa identidade. [...] Afirmamos como nossas principais bandeiras de luta: defesa do território e do meio ambiente em que vivemos. Lutamos pelo respeito aos direitos e igualdade para as mulheres pescadoras; pela garantia de direitos sociais; por condições adequadas para produzir e viver com dignidade. Resisti-

mos ao modelo de desenvolvimento que esmaga as comunidades pesqueiras e se concretiza a partir de grandes projetos que concentram a riqueza e degradam o meio ambiente. [...] (EcoDebate, 2010).

A invenção desses novos movimentos sociais pesqueiros, ANP e MPP, simbolizam um marco na produção de subjetividade de pescadoras e pescadores artesanais, haja vista a ruptura com processos de subjetivação segmentados a estrutura patriarcal de colonialidade de sindicatos, federações e colônias de pescadores, organizações que até o final da gestão do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003 - 2010), eram e muitas ainda são, majoritariamente, administradas por homens e filiadas à Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA), que no ano de 2020 celebrou 100 anos de existência.

## **DO TRABALHO ARTESANAL REPRODUTIVO À PRODUÇÃO DA VIDA**

Nos contextos das comunidades tradicionais pesqueiras, são as mulheres que se ocupam da gestão do trabalho doméstico e do trabalho reprodutivo da pesca artesanal e também são as mulheres das águas que insistem em resistir e seguem tecendo a existência, na teimosia de produzir mais vida a partir do próprio corpo-território-de-existência. O corpo passa a ser, então, esse “campo de vulnerabilidades e exposição, na relação com o outro, como também a máquina que age sobre o outro, colocando-o em risco, violando e mesmo vindo a expurgar o outro” (Butler, 2019, p. 46). Trata-se de um corpo agência, ora sujeito, ora sujeitado a ampliação das políticas de precarização da vida que tanto assolam a ecologia humana, social-subjetiva, como a própria biodiversidade da ecologia ambiental. Por isso, quando falamos de ética ecosófica, não podemos deixar de visualizar a paisagem psicossocial da pesca artesanal sem deixar de reconhecer o lugar do trabalho artesanal reprodutivo da mulher para a comunidade tradicional e para a ecologia humana e não humana.

Carmela e Pinheiro (2019) relacionam essas esferas da existência, a partir do ecofeminismo, apontando que as mulheres e a natureza partilham dos efeitos de uma cultura opressora engendrada pelas instituições de violência do machismo, patriarcado e da cultura ocidental dominantes. Uma vez que “as mulheres, cultural e historicamente, estiveram mais perto da natureza por causa de seus papéis na sociedade e que estão mais conectadas e próximas a ela” (Carmela, Pinheiro, 2019, p. 277).

Não obstante, nos modos de vida das mulheres das águas está presente mais que o trabalho artesanal do extrativismo da pesca (seja no rio, nas lagoas

ou mesmo em alto-mar). Essas mulheres têm o corpo marcado pelas linhas das águas que tecem a rede de forças da vida e vivem, constantemente, com o corpo em cena em uma forte relação política entre seus modos de vida e o cuidado com a vida no território das águas.

Modos de existência e trabalho de resistência de economia de produção familiar que, na perspectiva ecofeminista de Silvia Federici (2019), estão ligados a reprodução da vida. Reprodução para essa autora tem a ver não só com a reprodução da força de trabalho e sua integração ao mundo capitalista, mas também tem a ver com o trabalho de resistência a partir dos lugares que as mulheres ocupam – e que os homens também deveriam ocupar – lugares de cuidado de si e do outro (da comunidade e do território), da educação, do zelo pela natureza e das reivindicações em torno da justiça social. Trata-se, portanto, de uma questão da ética ecosófica e da justiça socioambiental.

A luta das lideranças da ANP, do MPP e do CPP contra a desarticulação de pescadoras e pescadores, nos movimentos sociais pesqueiros, coexiste com a luta das mulheres, pescadoras artesanais, pelo reconhecimento profissional da marisqueira, como podemos compreender no seguinte enunciado:

a gente tem muito problema relacionado ao reconhecimento da mulher pescadora. [...] Vilanir diz assim: “a mulher pescadeira sofre muito com essa questão de dizer que é pescadeira, porque quando a gente vai nos órgãos INSS, posto de saúde, as pessoas olham pra gente e acham que a gente não é pescadeira, porque quando a gente tem que ir nesse lugar com a roupa de pesca, porque se não for com a roupa de pesca as pessoas riem da nossa cara e dizem [ironicamente] agora todo mundo é pescadeira, todo mundo que ser pescadeira sem ser”. E é externado uma dúvida se aquela mulher realmente pesca (Raquel, ANP. Entrevista cartográfica).

A negação de direitos sociais e previdenciários e o não reconhecimento da identidade da marisqueira, pescadora artesanal, são problemas que as mulheres enfrentam, principalmente na relação com o Estado e os agentes que representam suas instituições e operam linhas de segmentaridade, reproduzindo o machismo e o racismo socioambiental. Nos atravessamentos que marcam os processos de subjetivação e enunciação da mulher marisqueira, percebe-se que as instituições da Saúde e da Seguridade Social, às vezes, funcionam como instituições da violência. Não obstante, as mulheres resistem à produção de invisibilidade e produzem torções contra os poderes hegemônicos, “fazendo nascer, ou simples-

mente mantendo vivas, múltiplas formas de insubordinação, num movimento de resistir apenas por existir e de poder existir apenas por se manter resistindo” (Vasconcelos et al., 2020, p. 328).

A luta não é só pelo reconhecimento da identidade profissional, mas também em torno da paridade e equidade de gênero nos processos instituídos pelas instituições da pesca, do meio ambiente e da seguridade social. No âmbito do território tradicional pesqueiro, a mulher, além de realizar o trabalho doméstico (cuidado da casa, dos filhos, do quintal produtivo) e o trabalho artesanal da pesca (confeção e preparação dos apetrechos da pesca, mariscagem, beneficiamento do produto e venda inicial), ainda cuida da comunidade,

Diante do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo não reconhecidos pelo mundo capitalista, as mulheres também se articulam, politicamente, nos movimentos sociais pesqueiros. Portanto, as mulheres, pescadoras artesanais, cotidianamente, operam táticas de sobrevivência contra as violências institucionais, machismo e racismo socioambiental, buscando seu reconhecimento por meio de processos instituintes em defesa da vida no território das águas a partir do seu próprio corpo-território-de-existência.

## **INCIDÊNCIAS POLÍTICAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PESQUEIROS**

Como anunciamos na introdução, os movimentos sociais pesqueiros iniciaram a campanha pelo reconhecimento do território tradicional pesqueiro, em junho de 2012. Essa campanha foi lançada, em Brasília/DF, buscando a assinatura de 1% do eleitorado brasileiro (equivalente a 1.406.466 assinaturas), para uma lei de iniciativa popular que propõe a regularização do território das comunidades tradicionais pesqueiras. Para coletar essas assinaturas, os movimentos sociais pesqueiros produziram incidências políticas de sensibilização em estabelecimentos de diversas instituições, durante sete anos.

Em 22 novembro de 2017, durante o 7º. Grito da Pesca Artesanal, aproximadamente 500 pescadoras e pescadores artesanais vinculados a ANP e MPP, em conjunto com o Movimento Indígena e a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (Confrem), fizeram uma ocupação do então Ministério do Planejamento. A intencionalidade dessa incidência política era fortalecer a luta pelo reconhecimento do território e denunciar a desestruturação das políticas da pesca artesanal, principalmente a suspensão da emissão de Registro Geral da Pesca (RPG) e a suspensão do pagamento do seguro defeso das espécies.

Após sete anos de coleta de assinaturas, o MPP entregou o projeto à Comissão de Legislação Participativa (CLP), durante uma audiência pública no Congresso

Nacional, por ocasião da participação de mais de 300 pescadoras e pescadores artesanais, no 9º. Grito da Pesca, em 2019; atualmente, esse projeto de Lei tramita na Câmara dos Deputados como PL 131/2020.

Desde sua fundação, a ANP tem feito parcerias com pesquisadoras e pesquisadores e instituições de ensino e tem ministrado cursos e oficinas de educação permanente socioambiental. Um desses cursos circulou o Brasil, no primeiro semestre de 2017, trata-se do curso *A Saúde das Pescadoras Artesanais*, coordenado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em parceria com o Ministério da Saúde, ANP, MPP e CPP. Em fevereiro de 2017, cartografamos esse curso com a participação de pescadoras artesanais do Ceará, do Piauí e do Maranhão. E entre os dias 06 e 08 de março de 2020, acompanhamos uma dessas oficinas, durante a realização do I Encontro da Rede de Mulheres da Resex Delta, na comunidade pesqueira do Torto, que fica na Ilha das Canárias em Araiões – MA.

Acerca dessa atuação dos movimentos sociais pesqueiros, Daina, da ANP e da coordenação colegiada do MPP, ressalta:

Eles vêm ajudando, organizando a comunidade, com essas audiências públicas que tenta ajudar as pessoas, a comunidade a fazer suas falas, demonstrando a indignação, sua insatisfação que não está gostando dos empreendimentos [econômicos]. [...]. O MPP, o CPP e a ANP se organizam dessa forma, ensinando a comunidade que os empreendimentos não é bom, que vai trazer consequência no futuro, que já está trazendo [no presente]. E assim [o movimento] é um parceiro que deixa a gente, pelo menos com mais um pouco de força, porque se organiza e a gente vai atrás dos direitos, brigando, fazendo manifestações, esses tipos de coisas. [...] Porque se as comunidades não têm esses conflitos contra os empreendimentos, já tinha era saído todo mundo daqui. A gente resiste do jeito que resiste e eles ainda fazem o que fazem! Imagina se não tivesse [os movimentos sociais pesqueiros]. (Daina. Entrevista cartográfica).

Os movimentos sociais pesqueiros estão constantemente inventando modos de produzir linhas de fuga, modos singulares de resistir, fazendo uma vigilância socioambiental permanente. Por isso, a cada violação de direitos e a cada violência contra a vida nas comunidades e nos ecossistemas do território pesqueiro, ANP, CPP e MPP articulam as pescadoras e os pescadores artesanais, convidam a imprensa e produzem incidências políticas. Além disso, acionam o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Superintendência do Patrimônio da União (SPU) ou outros órgãos e

provocam o Ministério Público Federal (MPF) para realização de audiências públicas. Na articulação de todas essas incidências, as mulheres são protagonistas.

A partir desta cartografia dos novos movimentos sociais pesqueiros, podemos reconhecer como as mulheres “defendem a diversidade e os limites da natureza que não podem ser violados, para que elas possam sobreviver” (Carmela, Pinheiro, 2019, p. 277). Sobre esse questão ecosófica, ouvimos mais uma voz da pesca artesanal, voz de Josane, da coordenação do MPP:

Nós pescadores e pescadoras da Amazônia, a gente tem sofrido muito na pele, a gente tem perdido os nossos territórios, pras multinacionais. A gente tem perdido os nossos territórios quando barram os nossos rios [...] pra produzir energia que não é pra nós. Que é pra dar energia pra quem é isento de imposto que é as grandes empresas que estão deixando os nossos territórios pobres. Que tiram as nossas riquezas e nos deixam na miséria. Então cada vez que barra um rio, um leito de um rio, que se desmata, que corta uma árvore na Amazônia é como se estivesse cortando os nossos corpos. [...] Cada árvore que é tombada é como se fosse um corpo nosso que estivesse sendo cortado. E quando se barra um rio, quando se joga dejetos de mineração no rio é como se fosse o nosso sangue que tivesse sendo tirado de nossas veias. E falar em água, falar em terra, falar em floresta é falar em vida pra nós, é falar na natureza, na biodiversidade, que não é apenas responsável pela vida da Amazônia, mas pela vida do planeta (Josane, 9º. Grito da Pesca Artesanal. Diário Cartográfico).

A voz de Josane ecoa da Amazônia e tem ressonâncias das vozes da floresta e das águas para denunciar a soberania do Estado que, na era capitaloceno e na contramão de uma comunidade de terranos humanos e não humanos, continua operando lógicas de modos de subjetivação assujeitados ao racismo socioambiental, ao machismo, ao ecocídio, etnocídio e feminicídio e transfeminicídio que caracterizam a produção de subjetividade colonial-capitalística na contemporaneidade. Esses dispositivos-analisadores emergem dos processos de enunciação dessas vozes e nos fazem ouvir a voz de Josane que nos fala das instituições da violência para as quais o corpo-território-de-existência não importa, tampouco importa o reconhecimento do território tradicional pesqueiro, onde ainda existem modos de vida que giram em torno de um “bem de uso comum”, no caso da água.

as relações políticas e sociais tais como as temos [...] são o fundamento que torna comunidades tradicionais e as formas de vida a elas vinculadas desquali-



ficadas como vivas. Do mesmo modo, tornando-as mais suscetíveis à violência, à expropriação, à dominação, à miséria generalizada e à morte sem luto (Batista, Baptista, Nardin, 2019, p. 109).

Ainda sobre o processo de tensionamento dos movimentos sociais pesqueiros e do protagonismo das mulheres, Maninha, como é reconhecida uma das lideranças da ANP, no Ceará, contribui:

Continuo dizendo nós mulheres somos mais nós, somos mais firmes e estaremos presentes em tudo que puder, em tudo que puder ter uma brechinha as mulheres vão estar lá! Pra buscar o nosso direito! [“Até que sejamos livres” gritou uma pescadora ao ouvir a colega] (Maninha. 9º. Grito da Pesca Artesanal. Diário Cartográfico).

Nas “brechinhas” anunciadas por Maninha, as mulheres vão produzindo linhas de fuga contra os agenciamentos capitalísticos, assim elas articulam a resistência, “como um modo de viver junto nas rachaduras do capitalismo, o qual requer a interação de múltiplos tipos de seres, muitos dos quais são outros-que-humanos” (Carmelo, Pinheiro, 2019, p. 278).

A partir das comunidades tradicionais pesqueiras, as lideranças da ANP e do MPP tecem uma rede de articulações locais, regionais, nacional e internacional, apontando “para as mudanças que temos que fazer se quisermos construir uma sociedade na qual nossa reprodução não seja realizada à custa de outras pessoas, nem represente uma ameaça à continuação da vida no planeta” (Federici, 2019, p. 279). Portanto, foram as mulheres que atualizaram, “assumindo todos os riscos, as estratégias coletivas e comunitárias de solidariedade e cuidados para com as vidas humanas e não humanas no enfrentamento das políticas de morte e genocídio do governo ultraliberal, racista e misógino brasileiro” (Seabra, 2020, p. 31) de Jair Bolsonaro (2018-2022).

### **CONSIDERAÇÕES DAS PESCADORAS ARTESANAIS: “PRA MUDAR A SOCIEDADE DO JEITO QUE A GENTE QUER, PARTICIPANDO SEM MEDO DE SER MULHER...”<sup>2</sup>**

Nesse contexto, o trabalho do MPP tem se expandido, estando presente em 20 estados do Brasil e a ANP tem se tornado um sujeito social na luta em defesa

---

2 Versos da música *Sem medo de ser mulher*, autoria e composição de Zé Pinto, bastante cantada pelas mulheres de, praticamente, todos os movimentos sociais, inclusive pelas mulheres da ANP, do MPP e CPP.

do território tradicional pesqueiro e contra as formas de desarticulações dentro das associações, colônias e sindicatos da pesca e do próprio MPP.

Para além da possibilidade de organização política e reivindicações em torno da justiça socioambiental, as mulheres, pescadoras artesanais, tecem sonhos e criam laços de amizade umas com as outras para que elas possam e nós também possamos defender a vida de humanos e não humanos e o reconhecimento do território tradicional pesqueiro. Elas tecem a pele do corpo-território-de-existência e nos mostram como podemos apostar na vida e viver a ética ecosófica como saída da deterioração da Terra.

Neste estudo, reconhecemos o protagonismo feminino, tentando não romantizar a constante presença das mulheres na luta e resistência. Tanto esforço gera uma sobrecarga de trabalho, cuidado de casa através do trabalho doméstico, cuidado dos doentes (como cuidadora familiar ou não), cuidado com a natureza, entre tantas outras facetas do trabalho reprodutivo da pesca artesanal. Para além do esforço, a participação na linha de frente dos movimentos sociais pesqueiros expõe as mulheres as violências institucionais e micropolíticas, o que se acen- tuou num cenário ultraneoliberal, conservador e neofacista do Brasil, durante o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022). Estudos que mensurassem e analisassem os efeitos psicossociais de tal esforço e exposição devem ser realizados, a fim de que saibamos o grau de comprometimento na saúde das mulheres líderes de movimentos sociais pesqueiros.

Não foi nossa intenção, neste relato de pesquisa, discutir a saúde da mulher pescadora artesanal. Não obstante, não podemos deixar de reconhecer que as incidências políticas e os dispositivos-analisadores discutidos anteriormente estão dialeticamente relacionados com a determinação socioambiental da saúde e suas implicações psicossociais e impactos nas ecologias ambiental, social e mental: (des)territorialização do território tradicional pesqueiro, racismo socioambiental, violência de gênero, trabalho reprodutivo da pesca artesanal, reconhecimento profissional, acesso aos serviços sociais previdenciários e de atenção à saúde.

Nesse cenário, as mulheres têm produzido um agenciamento coletivo do desejo de enunciação das disputas internas e dos tensionamentos políticos travados no contexto das instituições da pesca e da produção de subjetividade colonial-capi- talística. Esse protagonismo das mulheres, pescadoras artesanais, tem a ver não só com sua histórica participação no CPP, mas também com a microinsurgência dessas mulheres que desencadeou a invenção da ANP e do MPP como novos movimentos sociais pesqueiros.

Essas mulheres constroem processos singulares ecosófico para operar, social e politicamente, no tensionamento dos movimentos sociais pesqueiros em prol de vidas vivíveis e reconhecíveis. Dada essa dimensão ética ecosófica, as mulheres, por meio das incidências políticas, acabam nos convocando a todas, todos e todes para que possamos ocupar espaços que ainda permanecem vazios, na organização e reivindicação da preservação dos biomas, na luta pela igualdade na relação de gênero e pelo reconhecimento do território tradicional pesqueiro como território comum.

## REFERÊNCIAS

- BATISTA, Lazaro; BAPTISTA, Luis Antonio dos Santos; NARDIN, Leonardo (2019). Peles e Vidas Transformadas em Asfalto: Inquirições Ético-políticas de uma Barbárie. *Psicol., Ciênc. Prof.*, v. 39, n. spe., p. 101-112. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221676>
- BRADBURY, Jill (2024). Articulating Our-selves: the (extra)ordinary art of life. *PINS*. 66 (1), 35-56, <https://doi.org/10.57157/pins2024Vol66iss1a6574>
- Brasil. (2023). Brasil tem mais de 1 milhão de pescadores profissionais e 49% são mulheres. [Internet]. Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/brasil-tem-mais-de-1-milhao-de-pescadores-profissionais-e-49-sao-mulheres> (acesso em 21/11/2023).
- BRONZ, Deborah (2023). Da tutela à luta pela autonomia: Políticas e direitos da pesca artesanal no Brasil. *Tessituras*, Pelotas, v. 11, n. 1, jan-jun. p. 75-94. Dossiê: “Pesca Artesanal: territórios, gestão, conflitos e gênero”. <https://doi.org/10.15210/tes.v11i1.25161>
- BUTLER, Judith (2019). *Vida Precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- CALLEGARI, Isabela Prado (2018). *Crescimentismo, um Réquiem para uma Ideia de progresso: origens, limites e alternativas*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Instituto de Economia da Universidade de Campinas. [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP\\_8b9aa88908485071d1fefdc513bdd92e](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_8b9aa88908485071d1fefdc513bdd92e) (acesso em 30/05/2020).
- CARMELA, Regina; PINHEIRO, Marta de Araújo (2019). Ecopsicossociologia: abordagens ecofeministas da pesca artesanal. *Fractal: Rev Psi.*, 31, n. esp., 276-281, [https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i\\_esp/29053](https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29053)
- CASTRO, Eduardo Viveiros de (2015). “Alguma coisa vai ter que acontecer”. In: COHN, Sergio (Org.), *Encontros/Ailton Krenak*. Rio de Janeiro: Azougue, p. 6-19.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix (2012). *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrênia*, v. 3. São Paulo: Editora 34.

- EcoDebate (2010). *Carta do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais*. <https://www.ecodebate.com.br/2010/04/28/carta-do-movimento-dos-pescadores-e-pescadoras-artesanais/> (acesso em 27/09/2020).
- FEDERICI, Silvia (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante.
- GUAJAJARA, Sonia (2019). Sônia Guajajara. In: KADIWÉU, Idjahure (Org.). *Tembeté – conversas com pensadores indígenas*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, p. 185-205.
- GUATTARI, Félix (2002). *As três ecologias*. Campinas: Papyrus.
- GUATTARI, Félix (2012). *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely (2010). *Micropolítica: Cartografia do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- KRENAK, Ailton (2021). “Os brancos querem comer o mundo. Mas nós, nós somos o mundo”. Oiara Bonila - *Entrevista com Ailton Krenak*. São Paulo: n-1 edições.
- LUGONES, María. (2019). Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decolonias*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. p. 57-93.
- MBEMBE, Achille (2018). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: n-1 edições.
- MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica (1999). Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. *Etnográfica* [online], v. 3, n. 2, p. 376-399. <https://bit.ly/2TpG6Po> (acesso em 15/01/2024).
- NUNES, Eloí; GARCIA, Marina. (2019). Marisqueiras do Recanto do Ipiranga: a pesca artesanal como prática de resistência da vida e autonomia das mulheres. *Khóra*, [online] v. 6, n 7, p. 1-18. <http://site.feuc.br/khóra/index.php/vol/article/viewFile/169/116> (acesso em 15/01/2024).
- ROMAGNOLI, Roberta Carvalho (2009). A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicol. Soc.*, v. 21, n. 2, p. 166-73. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000200003>
- ROLNIK, Suely (2018). *Esferas da Insurreição*. São Paulo: n-1 edições.
- SANTOS, Milton. (2006). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- SEABRA, Joana Emmerick (2021). Corpos-territórios no enfrentamento a megaprojetos extrativistas: reflexões sobre formas de (r)existir e viver a partir dos territórios de Abya Yala. In: OLIVEIRA, Ana (Org.). *Mulheres amazônidas: ecofeminismo, mineração e economias populares*. Brasília: INESC, p. 28-57. [https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2020/12/inesc\\_MulheresAmazonidas\\_20jul2021.pdf](https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2020/12/inesc_MulheresAmazonidas_20jul2021.pdf) (acesso em 23/11/2021).

- TRINDADE, Ana Angélica Martins; PENA, Paulo Gilvane Lopes, LIMA, Mônica Angelim Gomes; FREITAS, Maria do Carmo Soares; ARAÚJO, Kênia Lima. (2021). Vigilância popular da saúde nas comunidades pesqueiras tradicionais e ecologia dos saberes no enfrentamento à COVID-19. *Ciênc. saúde coletiva*, 26 (12), p. 6017-6026. <https://doi.org/10.1590/1413-812320212612.14682021>
- VASCONCELOS, Michele de Freitas Faria; ROCHA, Yasmin Adriane Mendonça; OLIVEIRA, Sandra Raquel Santos; CUNHA, Vitória Gois; PÉREZ, Mercedes Solá; FLORES, Elienaide Cardoso; ROMERO, Lucy Mirtha Ketterer; SANTOS, Sirley Ferreira; VIEIRA, Ticiane Pereira dos Santos (2020). Mulheres e mariscagem: invenções de si no(in) mundo mangue. *Psicol. Rev.*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 325-345. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p317-335>